

**ATA DA 307ª REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DO
ESCRITÓRIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO – ECAD**

Ao trigésimo primeiro dia do mês de março do ano de dois mil e cinco, às 10:30h. na Sede do ECAD, à Rua Guilhermina Guinle, 207 – Botafogo/RJ, a Assembléia Geral do Escritório realizou, em caráter ordinário, sua 307ª Reunião, com a presença dos Srs. Roberto Corrêa de Mello (ABRAMUS), Marco Venício Mororó de Andrade (AMAR), Adonis Marcelo Ramos de Oliveira (SBACEM – devidamente credenciado), (SICAM - ausente), Jorge de Souza Costa (SOCINPRO), José Antônio Perdomo Corrêa (UBC) e da Srª Superintendente, Glória Cristina Rocha Braga Botelho. Conforme o disposto no parágrafo 2º, artigo 23 do Estatuto do Escritório, foi eleito para presidir os trabalhos o Sr. Marco Venício Mororó de Andrade, cabendo a mim, Frederico Lemos, secretariá-lo. Presentes ainda os Srs. Maria Cecília Garreta Prats Caniato, Ney Tude e Alex Appel (ABRAMUS), José Alves (AMAR), Kléber da Silva (SBACEM), Sílvio César (SOCINPRO) Frederico Lemos e Sydney Sanches (UBC). Registrada a ausência da SICAM. **1) VERIFICAÇÃO DO QUORUM** – Verificado o quorum exigível para a instalação da sessão, deu-se início aos trabalhos. **2) APROVAÇÃO DA ATA DA 306ª AGE:** Lida e aprovada a ata da 306ª AGE após algumas alterações. **3) PENDÊNCIAS DAS REUNIÕES ANTERIORES: 3.1) Levantamento sobre shows** – Apresentado relatório de apuração do ECAD sobre os shows dos maiores arrecadadores desse segmento em 2004. O relatório teve o objetivo de apresentar a quantidade de shows apurados pelo Escritório, a quantidade que foi paga e a quantidade de shows inadimplentes. A Assembléia Geral solicitou a ampliação do levantamento para shows de outros autores. **3.2) Bis Produções Ltda** – Apresentado o posicionamento sobre a cobrança jurídica desse promotor de eventos de Belém-PA. A proposta da BIS é de pagar somente R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), referentes ao passivo e normalizar o pagamento de agora em diante. Os advogados das associações e do ECAD deverão ir a Belém juntamente com alguns titulares para tentarem sensibilizar o judiciário. **3.3) Estudo sobre TV por Assinatura – Posicionamento sobre a verba para a distribuição de atrasados** – Informado pela Sra. Superintendente que os valores que foram levantados judicialmente nos processos da NET-RJ, NET-PE, NET-DF e interior de São Paulo, referentes ao 1º semestre de 2004, serão distribuídos em abril/05. Estima-se que a verba gire em torno de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais). **4) EXPEDIENTE DAS ASSOCIAÇÕES: 4.1) Distribuição de direitos gerais** - Apresentada proposta da UBC para destacar da distribuição dos direitos gerais aqueles usuários que notadamente não sonorizam seus ambientes com a captação de rádio e TV, mas se utilizam de programação musical própria. O objetivo é que seja criada uma rubrica específica com amostragem coletada desses usuários. Estariam inseridos nesse rol as discotecas, bares temáticos e aeronaves, entre outros. As demais sociedades acompanharam a proposta da UBC e solicitaram ao ECAD um estudo para a matéria. **4.2) Comitê IPI** - O Representante da ABRAMUS apresentou a resposta do Comitê IPI à carta do ECAD confirmando que está claro que a ABRAMUS não atua em representação do ECAD ou das demais sociedades brasileiras. **5) ORDEM DO DIA: 5.1) Superintendência: a) CPI/MS** – A Sra. Superintendente informou que o Gerente de Arrecadação do ECAD compareceu à Assembléia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul para prestar informações sobre o ECAD, perante os deputados estaduais, por mais de três horas. O ECAD já enviou toda a documentação solicitada pelos deputados referente às obrigações trabalhistas e fiscais. O ECAD também publicou matéria em jornal do estado com depoimentos favoráveis de titulares da região e ainda enviou mala direta aos usuários com os depoimentos desses titulares, ressaltando a transparência das atividades da entidade. **4.2) Gerência Adm./Financeira: a) Análise e aprovação do Balanço Patrimonial e apuração dos votos sociais para o exercício de 2005** – Na abertura dos trabalhos, a Sra. Superintendente fez uma breve exposição sobre o Relatório Anual/2004, dizendo em suma, que: a arrecadação no exercício de 2004 totalizou o montante de R\$227.261.841,24 (Duzentos e vinte e sete milhões, duzentos e sessenta e um mil oitocentos e quarenta e um reais e vinte e quatro centavos), apresentando um crescimento nominal em torno de 8,55% sobre 2003; que os repasses às Associações no exercício de 2004, totalizaram o montante de R\$187.794.398,20 (Cento e oitenta e sete

milhões setecentos e noventa e quatro mil trezentos e noventa e oito reais e vinte centavos), apresentando um crescimento nominal em torno de 19,98% sobre 2003; que foram ainda repassados às Associações Integrantes o montante de R\$15.751.898,02 (Quinze milhões setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e dois centavos), referente a adiantamento de repasses relativos ao trimestre: set/out/nov de 2003. O Representante da SOCINPRO apresentou diversos comentários e questionamentos ao Balanço, que foram prontamente atendidos e esclarecidos pela Sra. Superintendente e pelo Sr. Gerente Administrativo e Financeiro. O Representante da SOCINPRO solicitou que o e-mail enviado à Sra. Superintendente fosse transcrito em ata, conforme segue: “Rio de Janeiro, 30 de março de 2005. Ilma. Sra. Dra. Glória Braga - MD Superintendente do ECAD - N E S T A. Prezada Senhora, Ref.: Relatório Anual/2004 e Balanço/2004 - Apreciando o Relatório, nossa Diretoria houve por bem tecer os seguintes comentários: Consta do Relatório que a arrecadação anual foi de R\$227.261.841,24 que, segundo o ECAD, representou um crescimento de 8,55% em relação a 2003 (no Relatório consta 2004 (?)). E que o total distribuído foi de R\$187.794.398,20 com um crescimento de 19,98% em relação ao ano de 2003. Indagamos se dos 8,55% acima mencionados já se encontra deduzida a inflação do período, pois do contrário, o crescimento real seria menor que 3%. Com relação à distribuição, gostaríamos de uma melhor explicação, uma vez que se o crescimento da arrecadação foi de 8,55%, o da distribuição não poderia ser maior do que isso, de vez que as despesas do ECAD ficaram limitadas a 18% e o percentual para as associações a 7%, de tal modo que não resultou mais valor de arrecadação para ser distribuído. Com relação ao resultado operacional do ano de 2004, onde consta ter havido um superávit de R\$443.690,07 que, amortizado o déficit operacional do ECAD, ficou reduzido a R\$1.070.089,25. De acordo com as nossas previsões, esse déficit era para estar zerado até o final de 2004. Inclusive porque em meados do ano passado, foi liberado para Receita do ECAD um valor de crédito não identificado de quase R\$1.200.000,00. Solicitamos esclarecimentos. Há um comentário do ECAD na página 1 do Relatório que se as TVs por assinatura não deixassem de pagar, o resultado seria bem melhor e o crescimento seria de 18,01% em relação ao ano de 2003. A nossa indagação é no sentido de que, em compensação, ingressaram valores decorrentes de acordos judiciais e extra-judiciais realizados durante o ano de 2004. Então, se fosse isso considerado, o crescimento proposto não se justificaria. Na análise dos “eventos especiais”, na página 4, notamos que a Receita do Carnaval em relação ao Reveillon foi acanhada, posto que o Carnaval é uma festa nacional, com realizações de eventos em todo o território nacional durante cinco dias e o Reveillon é comemorado em apenas uma noite. Gostaríamos de informações sobre o porquê dessa arrecadação baixa. Na página 6 do Relatório, no item “perspectivas para 2005”, verificamos que nas ações a serem desenvolvidas para melhor arrecadação, nenhuma foi focada para “shows”. Com relação à criação de novos escritórios de cobrança em MG, SP, BA, PE, PB e RN solicitamos melhor avaliação para que não seja aumentado o número de escritórios regionais deficitários, uma vez que os escritórios de Minas Gerais, Pernambuco, Ceará, Maranhão, Mato Grosso, Amazonas e Pará já constam como deficitários no presente relatório. Esses escritórios, conforme já falado nos dois últimos anos, só têm apresentado déficit, não trazendo nenhum resultado financeiro positivo para o ECAD. Na página 8, consta que o ECAD superou o ano anterior em 27,52% em seu resultado e que espera reduzir a inadimplência. Mas se o resultado não alcançou esse patamar de crescimento, seja no resultado operacional normal seja no decorrente dos acordos, solicitamos melhores esclarecimentos. Na página 9, quando dos comentários do ECAD, está mencionado no quarto parágrafo que, graças à atuação do ECAD e de sua equipe, os resultados foram otimizados. Convém não esquecer a atuação das Associações, seja na orientação, seja na indicação de meios e estratégias para obtenção de melhor resultado, seja através das comissões de distribuição, informática, arrecadação, que têm contribuído com sugestões importantes para a operacionalização do ECAD e com isso contribuído, também, para os bons resultados. Na página 11, quando se menciona a redução dos créditos retidos, ao comparamos a redução do crédito no ano com o aumento da arrecadação, verificamos que a redução não foi tão substancial assim. Se levarmos em conta que já não deveria ter mais qualquer valor de crédito retido e isso talvez ainda esteja ocorrendo, em razão de muitas fichas 158 e ISRC ainda não estejam no banco de dados do ECAD, o que acreditamos não mais aconteça doravante frente à digitalização das fichas e da remessa do ISRC em meio eletrônico. Na página 14 do relatório, verifica-se que houve acréscimo das despesas operacionais do ECADS de 34,72%, o que reputamos elevado, mesmo considerando a contingência INSS. Solicitamos esclarecimentos.

Na página 15, no item “taxa real de administração”, notamos que no ano de 2003 o ECAD trabalhou com uma taxa de 15,69% e no ano de 2004, essa taxa elevou-se a 18,16%. Quais as razões para tal incremento? No Relatório da Gerência Jurídica não consta o custo operacional, como das vezes anteriores. Diz ali que a arrecadação judicial e extra-judicial foi na ordem de R\$11.846.161,75. Gostaríamos de saber qual foi o custo anual do Jurídico considerando a sede, as sucursais e os oitenta escritórios, para podermos avaliar o desempenho. Quanto ao Balanço, como das vezes anteriores, o mesmo está pronto e acabado, com registro de todos os fatos contábeis sob a responsabilidade do contador e do Gerente Financeiro e, salvo se houvesse indícios de qualquer anormalidade é que se poderia torna-lo sem efeito. Ademais, o balanço foi auditado pela HLB AudiLink e as observações que lá constam não em relação aos itens 3 e 4 há o que pertine a política do ECDAS sobre as qual a Assembléia deve se manifestar. No item 7 do relatório da Auditoria, fica evidenciado o passivo a descoberto no montante de R\$1.070 mil e uma insuficiência de capital de giro na ordem R\$8.914 mil. Quanto a esse último item, o ECAD deverá envidar esforços no sentido de reduzir suas despesas para gerar maiores superávits de modo a eliminar o déficit e a insuficiência de capital. Ainda no Balanço, verificamos no passivo um valor de distribuição a identificar na ordem de R\$33.329.969,99. Nossa indagação é no sentido de ser esclarecido que se trata de créditos retidos ou créditos que ainda estavam em processo de identificação na época do fechamento do Balanço. Isto porque existem vários outros créditos com as rubricas especificadas para distribuição. A dúvida é se trata-se de crédito retido. Pela demonstração de resultados, constatamos que as despesas com pessoal estão no patamar de 62,26%, que é bastante elevado para o tipo de atividade do ECAD. Outro esclarecimento que gostaríamos é quanto às continências, pois ao que foi decidido e em face dos resultados das ações e atuações, a continência não mais seria considerada considerando as perspectivas de resultados positivos. Por final, queremos dizer que o ECAD a cada ano tem melhorado seu desempenho e acreditamos que, se concentrarmos maior esforço e criatividade este ano, poderemos alcançar uma arrecadação bem mais substancial, próxima de 270 milhões (100 milhões de dólares) e com a redução de despesas, zerar o déficit e amortizar quase 50% da insuficiência da capital de giro para que no ano de 2006 possamos estar zerados nas duas citadas rubricas. A nossa associação, como sempre, exigirá no curso deste ano uma estratégia quanto à arrecadação das operadoras de celulares (ringtones), clínicas, hospitais, consultórios, academias, bares, restaurantes e outros usuários gerais que utilizam música e não pagam e também fomentar a utilização da música como pagamento eqüitativo para aqueles que ainda não utilizam música. Com relação a esse aspecto, o ECAD ainda não está desenvolvendo estratégia que logre alcançar melhores resultados. As atividades de marketing merecem destaque, pois o trabalho realizado, além de mudar a imagem do ECAD, tem contribuído para uma melhor performance na arrecadação. Falta mais atuação no trabalho de campo. Pedimos colocar esta correspondência na pauta da reunião do dia 31/3/2005. Atenciosamente, Jorge S. Costa - Diretor Geral.” Após a apresentação dos resultados, foi posta em votação, tendo sido aprovado o Balanço Patrimonial de 2004 por unanimidade. Juntamente com o Balanço, foram também aprovados os votos sociais para o exercício de 2005, a saber: UBC – 10 votos; SOCINPRO – 2 votos; SICAM – 1 voto; AMAR – 2 votos; ABRAMUS – 8 votos; SBACEM – 1 voto, totalizando 24 votos. Também foi aprovada a publicação do Balanço Social na *homepage* do ECAD e no *site* do IBASE, assim como do extrato do Balanço Patrimonial. A Sra. Superintendente apresentou proposta de premiação para os funcionários, tendo a Assembléia Geral aprovado, por liberalidade e em reconhecimento ao esforço dos empregados, uma premiação de 0,8 dos salários vigentes, sem contudo vincular o resultado dessa premiação ao balanço patrimonial. Às 12:15h registrou-se a saída do Presidente da UBC, passando a representação da sociedade ao Sr. Frederico Lemos. **b) Memos 019, 023 e 024/04-GADF – Socilitando baixa patrimonial** - Autorizada baixa patrimonial, por ser antieconômico o reparo dos bens. **4.3) Gerência de Distribuição: a) 31 de março – último dia para o recebimento do cadastro de fonogramas impresso – discussão sobre as implicações operacionais** - O prazo final para recebimento pelo ECAD do cadastro de fonogramas em papel foi prorrogado para 31 de maio de 2005. Foi sugerido que o Grupo de Trabalho de Distribuição tenha caráter permanente e consultivo, para o estudo das questões

determinadas pela Assembléia Geral. Considerando as anotações de pendências apresentadas pela gerente de distribuição, o assunto prioritário a ser tratado pelo referido grupo diz respeito à proposta de critério para a distribuição dos valores atrasados (1993 a 1999) de TV por Assinatura, com verba estimada em R\$ 7,6 milhões, bem como a distribuição por segundo da TV Planilha. **4.4) Gerência Jurídica: a) Cts. 500, 501 e 503/04-GJUR – Solicitando baixa de cheques e notas promissórias** - Autorizada a baixa de cheques e notas promissórias, no valor total de R\$37.346,83 (trinta e sete mil trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e três centavos), considerando a impossibilidade de cobrança. **4.5) Gerência de T.I.: a) Apresentação da Fase 1 do Projeto - ECAD/Agência Regional** - O Gerente de TI do ECAD apresentou para a Assembléia a conclusão da Fase 1 do Projeto ISWC, da Agência Regional ECAD-BrasilNet, que diz respeito à codificação e publicação das obras nacionais no âmbito do CIS-NET. Considerando os problemas que têm sido enfrentados, a SOCINPRO sugeriu e a Assembléia Geral aprovou que a Sra. Superintendente e o Sr. Gerente de TI deverão comparecer à reunião do Comitê Ibero-Americano da CISAC, que ocorrerá em Caracas, nos dias 27 e 28 de abril, quando será apresentada a solução brasileira e discutidas as pendências da CISAC em relação ao projeto. As sociedades solicitarão a inclusão na pauta dos trabalhos da apresentação do vídeo institucional do ECAD, dos números do ano de 2004, e da apresentação do Centro Regional ISWC Brasil. **4.6) Gerência de Operações: a) Apresentação do estudo sobre o custo mínimo** – ECAD apresentou estudo sobre a regulamentação do custo mínimo para as sociedades integrantes do Escritório (documento em anexo). Ficou definido que no caso de inadimplência as antecipações serão suspensas. O Representante da SOCINPRO solicitou que as sociedades apresentem suas sugestões para eventual alteração do Estatuto do ECAD, em determinados aspectos. O documento apresentado pelo ECAD foi aprovado e suas disposições deverão ser postas em prática a partir de abril de 2005, devendo ser feitas as comunicações necessárias para todas as associações integrantes. **5) Assuntos Gerais: 5.1) Memo 121/05-SPS – Rescisão de funcionário com mais de 10 anos de empresa** – Autorizada a rescisão contratual da funcionária Noêmia de Oliveira Corrêa, com mais de 10 anos de empresa. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão às 17:30 horas, tendo eu, Frederico Lemos, lavrado a presente Ata que após lida e aprovada é assinada por todos os presentes. Rio de Janeiro, 31 de março de 2005.

ABRAMUS _____

AMAR _____

SBACEM _____

SICAM _____

SOCINPRO _____

UBC _____